

A construção e/ou resgate da cidadania nos empreendimentos de economia solidária: o caso do Dendê – Fortaleza – Ceará.

Para levantar uma tonelada um homem não tem força suficiente, dez homens precisam fazer força e cem conseguem fazê-lo com um dedo apenas.

(John Bellers, 1696)

Quando se fala em economia solidária, associa-se, geralmente, à idéia de que é algo novo, relativo aos últimos anos de crise. No entanto, a origem se reporta ao século XIX.

De acordo com Singer (2000), esse movimento foi idealizado pelos teóricos considerados “socialistas utópicos”, principalmente Robert Owen (1770-1858) e Charles Fourier (1772-1865) que conceberam modelos de comunidades, cidades de cooperação, “Falanstérios”¹, que apontavam algumas características semelhantes ao que atualmente denominamos de economia solidária. Ainda que a maior parte dessas experiências tenha fracassado, elas conseguiram inspirar formas de solidariedade econômica, como as cooperativas de trabalho nascidas na França sob a impulsão de Buchez (1864), as cooperativas de Rochdale² na Inglaterra (1844) e as caixas rurais de créditos de Raiffessen na Alemanha (1864).

Segundo ainda esse mesmo autor, a economia solidária foi idealizada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultante da difusão “desregulamentada” das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX, na Europa, principalmente na Grã-Bretanha.

Nos últimos anos, diante de uma nova conjuntura econômica e social, as experiências desse setor ressurgem na tentativa de revitalizar novas experiências sendo permeadas por pesquisas e teorias.

Durante as décadas de 1980 e 1990, aparecem várias denominações e diferentes abordagens. Freitas (2004) sistematiza a diversidade de termos³ relacionados a esse tema em diferentes países. Apesar de mudanças de terminologia, todos eles resgatam o sentido do termo economia. Além de introduzirem valores éticos em todos os processos econômicos, a essência da economia solidária gira em torno da idéia de solidariedade.

Paul Singer, atual secretário da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do governo federal brasileiro, a Economia Solidária é conceituada como,

a organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos. (SINGER, 2003)

Vários estudiosos da temática, entre eles França Filho (2001), Lechat (2002), Laville (2004), consideram que o (re)surgimento da temática, nos mais diversos países, aconteceu sob o impulso de uma “crise do capitalismo” (década de 1970), tendo por efeito imediato o aumento do desemprego e falências de empresas em diversas partes do mundo. Essa crise contribuiu para que muitos trabalhadores buscassem alternativas econômicas no mercado de trabalho informal de forma coletiva.

Tal fato levou esses trabalhadores a procurarem novas formas para desenvolverem estratégias a fim de manterem seus empregos, como as empresas autogestionárias em geral, empresas que estavam em processo de falência e que passaram a ser geridas pelos próprios trabalhadores.

Dentre essas estratégias, estão as cooperativas de trabalho, associações, grupos produtivos, clubes de trocas, bancos do povo, redes de cooperação, entre outras alternativas, desenvolvidas no âmbito da informalidade do trabalho, que garantissem aos trabalhadores ocupação e renda quando os trabalhadores não visualizavam um posto de trabalho formal.

Singer (2000) defende que esse renascimento dessa temática no contexto atual constitui-se como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. Para esse autor, o objetivo das experiências de economia solidária é reunir diversos movimentos e iniciativas, novas e antigas, que possuam valores comuns, como: a posse coletiva e gestão democrática dos meios de produção, distribuição, comercialização e crédito; priorize na gestão da economia e das empresas as necessidades sociais e econômicas dos trabalhadores e possibilite a aproximação entre os setores estatal e privado da economia, através da criação de fóruns locais de desenvolvimento econômico e social.

As diferentes pesquisas que estão sendo desenvolvidas nesses últimos anos convergem no sentido de enfatizar como tipo-ideal os aspectos de: participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação e intercooperação, auto-sustentação, a promoção do desenvolvimento humano, responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas.

A proposta de contemplação da realidade social em suas amplas dimensões surge da crítica a um modelo de desenvolvimento que produz riqueza, gerando a miséria e depredando o meio ambiente, provocando a crescente exclusão social de milhares de pessoas.

A busca pela implantação de um modelo de desenvolvimento sustentável deve ser centrado nas aspirações dos sujeitos secularmente excluídos da vida econômica, social e política do país. Isso implica, entre outros fatores, redefinir prioridades micro e macro econômicas; principalmente, os investimentos públicos emanados das ações governamentais. No dizer de Carvalho e Araújo (2000, p. 40):

Implica conhecer as potencialidades locais, a realidade onde esses sujeitos estão inseridos. Um projeto de desenvolvimento onde o centro das ações seja o atendimento das necessidades humanas em sua plenitude: educação, saúde, habitação, ocupação e renda, lazer, cultura, entre outras. Um projeto de desenvolvimento em que os seres humanos sejam seus agentes e beneficiários; que negue a lógica excludente do desenvolvimento capitalista na região (2000, p. 40).

Dentro da visão de um novo modelo de desenvolvimento, também concebido nos anos 1970⁴, tem-se hoje quase um consenso em torno da necessidade de que ele seja sustentável, articulando-se também com o paradigma da solidariedade que é entendido por Silva (2004, p.03) como:

o paradigma da solidariedade do desenvolvimento baseia-se numa ética onde é bom tudo o que nos ajuda a compartilhar os dons da natureza e os bens socialmente produzidos com vista à realização de todas as pessoas. Todos e todas somos co-responsáveis para cuidar desses bens para que frutifiquem e

beneficiem a todos/as em iguais condições. Isso exige uma nova relação humana em que o individual não sufoque o coletivo e ambas as dimensões se fortaleçam reciprocamente, numa dinâmica cumulativa. Percebe-se a quase impossibilidade de que esses postulados sejam plenamente exercidos pela ótica capitalista (2004, p.03).

Nesse sentido, os Projetos de Economia Solidária buscam contemplar a lógica da solidariedade e da sustentabilidade do desenvolvimento, convergindo para a humanização das relações sociais e da integração do indivíduo com a natureza, na busca da preservação dos ecossistemas e melhoria do meio ambiente, através de práticas que contribuam para ganhos qualitativos da ecologia e da saúde pública, enfim, da melhoria da qualidade de vida.

É importante destacar as estratégias que passam pela formação de laços sociais de solidariedade, nos quais o significado da cidadania⁵ vai do grau mínimo de satisfação de necessidades básicas – condição para sobrevivência –, contemplando também uma educação cidadã que possibilite formação política e ética.

No tocante à dimensão econômica, o ideal da economia solidária não se constitui apenas na criação de postos de trabalho e no aumento da renda das pessoas, priorizando apenas o viés econômico, mas são introduzidos valores nas diversas fases do ciclo econômico: produção, circulação, acumulação e consumo. Esses valores colocam o ser humano acima do capital, e a solidariedade acima do individualismo, constituindo, assim, a cooperação mútua a partir das necessidades, desejos e aspirações das pessoas e da comunidade, na luta pelo crescimento coletivo e não individualizado (RAZETO, 1997).

Na prática, consideramos que esse ideal se constitui como um dos principais entraves a para permanência das pessoas nos empreendimentos solidários, uma vez que, como a organização produtiva é perpassada por um longo processo de construção, e, sendo os envolvidos, na maioria das vezes, pessoas excluídas, eles não se submetem a ter um retorno financeiro em longo prazo e acabam desistindo da luta. Paralelo a esse processo ocorre também o seu inverso, o que demonstra o caráter contraditório, ambíguo e ambivalente das experiências de economia solidária no mundo, onde as pessoas, apesar de todas as dificuldades, persistem na consolidação do projeto.

A dimensão sócio-cultural é trabalhada no sentido de garantir aos envolvidos a construção e/ou resgate da cidadania dessas pessoas, assim como uma proposta de educação cidadã, que vise à reconstrução de cada ser humano como sujeito do seu próprio desenvolvimento, tanto familiar como comunitário e social.

A questão da ética é também de fundamental importância. Para Arruda (2003), o termo socioeconomia solidária é indissociável da ética, da cultura e da educação. Segundo esse autor, não basta haver mudanças apenas na maneira como produzimos, trocamos, consumimos, distribuimos, mas também, fomentar estratégias que possibilitem uma educação integral que trabalhe o ser humano nas dimensões individual e coletiva.

A dimensão ambiental, no âmbito desse setor, é enfatizada no sentido da valorização de atividades produtivas e de serviços voltados para preservação ambiental. Existem as experiências do meio rural, como a agroecologia e as práticas de cultivos de alimentos orgânicos, articulados com os programas da agricultura familiar que potencializam a renda dos agricultores e utilizam técnicas ambientalmente corretas no cultivo da terra. No meio urbano, um dos principais serviços desenvolvidos atualmente nessa perspectiva são os serviços de reciclagens e beneficiamento de resíduos sólidos, reduzindo os efeitos poluidores do armazenamento do lixo e valorizando atividades de segmentos excluídos. Nesse sentido, além da melhoria da preservação ambiental, também se observa uma

melhoria das condições de higiene das pessoas que trabalham nessas atividades, como também de sua auto-estima, no que se refere à cidadania.

A dimensão político-institucional é pensada para integrar as ações que devem ser priorizadas para que o desenvolvimento local venha a funcionar, uma vez que propõe políticas públicas inovadoras.

As idéias de economia solidária e desenvolvimento sustentável são convergentes, mas na prática, muitas vezes, essas ações são desenvolvidas sem uma articulação, fazendo com que ainda não se tenha um fiel retrato desse movimento.

A economia solidária na atualidade

No cenário atual, é válido considerar que a economia solidária tem conseguido alguns avanços nesse novo milênio. De acordo com Pochmann (2004), o avanço desse setor deve-se à junção de dois movimentos específicos no Brasil. De um lado, o aparecimento de um enorme excedente de mão-de-obra com algumas novidades em relação ao verificado durante o ciclo da industrialização nacional. Por outro lado, o movimento formado por militantes sociais, engajados na construção de alternativas de organização social, juntamente com os segmentos excluídos da população, se une no intuito de desenvolver novos caminhos em termos de geração de trabalho, renda e mudança no modo de vida.

Segundo ainda esse autor, atualmente a falta de uma ocupação formal atinge não apenas trabalhadores pobres e desempregados, mas também pessoas com mais alta escolaridade, capacitação profissional e chefes de famílias, que em diversas situações são combinadas com os militantes sociais críticos e engajados na construção da economia solidária.

Essa construção do espaço da economia solidária nos últimos anos tem conseguido avançar, com a presença inclusive de algumas experiências de políticas governamentais motivadoras dos princípios éticos que permeiam essa temática. Acrescente-se a isso, o processo a organização social da economia solidária que está estruturada da seguinte forma: a nível federal existe a SENAES que é responsável por dialogar com o FBES; a nível estadual existem as Redes ou Fóruns que são formados pelos empreendimentos, entidades de assessoria e fomento que se articulam com o FBES e a SENAES; e, em nível municipal existem prefeituras que definiram espaços para esse setor, dentro das suas secretarias (desenvolvimento econômico, trabalho, ação social, etc), buscando se juntar às demais instituições credenciadas nessa temática.

O FBES e a SENAES conseguiram estabelecer uma Plataforma da Economia Solidária (Anexos IV) com o objetivo de elaborar políticas de formas interdisciplinar, transversal, intersetorial, adequadas à expansão e fortalecimento da economia solidária no país. Essa plataforma procura executar ações de maneira estratégica, principalmente no que se refere ao marco legal; finanças solidárias; redes de produção, comercialização e consumo; democratização do conhecimento e da tecnologia; educação e comunicação.

No momento atual, ainda é pertinente considerar que o trabalho informal alimenta a lógica da exploração capitalista. Nesse contexto, os trabalhadores desenvolvem suas atividades em péssimas condições de trabalho, ganhando menos, contribuindo, ainda que indiretamente, para o desenvolvimento do grande capital, pois ainda não existe uma política demarcada para o setor informal que o regulamente, e diminua a precariedade do trabalho para os indivíduos envolvidos nessas atividades. Assim, se o marco legal da economia solidária for bem definido pode diminuir os índices de precarização do trabalho e levar a formação de uma nova cultura do trabalho baseada na cooperação e autogestão.

No tocante ao marco legal, a economia solidária se potencializada, com a legitimação de um estatuto adequado ao setor, pode significar alternativas à informalidade e a precarização do trabalho. Isso pode acontecer se os seus projetos fortalecerem as decisões democráticas na divisão do poder e controle da vida do empreendimento coletivo; que o trabalho educativo promova a autonomia e inteligência coletiva e que nas práticas de relacionamentos prevaleçam a solidariedade e a reciprocidade ao invés da competição e concorrência.

O espaço vazio, deixado pela ausência de respostas do mercado de trabalho à pressão crescente por mais empregos, é ocupado pela economia solidária tomando forma e se constituindo na alternativa possível de inserção para um grande número de excluídos. Nessa perspectiva, ela está se consolidando como prioridade nas agendas governamentais e sendo adotada em vários estados brasileiros. Embora, enfrente limites provocados, principalmente, pela falta de um conjunto de políticas públicas em especial quanto à regulação pública que defina o seu estatuto com um código específico regulamentando o setor.

A inexistência do estatuto da economia solidária leva a confundir a ética solidária com a concorrência desleal. A constituição das falsas cooperativas que fraudam os direitos legítimos dos empregados assalariados e que se organizam em unidades produtivas autogestionárias. Neste ponto, residem as grandes críticas a esse movimento, uma vez que abordam a economia solidária como sendo utópica, contribuindo para legitimar a precarização do trabalho via informalidade.

Se o movimento da economia solidária não avançar no sentido de estabelecer o marco legal, as suas experiências podem estar servindo para camuflar o desemprego e a precarização das relações de trabalho, uma vez que os indivíduos que se encontram ocupados em atividades informais, muitas vezes, não buscam se inserir no mercado de trabalho formal.

Conforme abordamos no início desse trabalho, também faz parte das nossas inquietações, as formas de legitimação de empreendimentos da economia solidária. O Estado, que sob a égide de projetos de grande alcance social está permitindo a permanência da precariedade do trabalho através da aceitação da informalidade. É perceptível no momento atual, a veiculação de projetos da economia solidária nos espaços das políticas públicas, enquanto proposta legítima de empreendedorismo dos governos, retirando a responsabilidade do estado enquanto garantidor/estimulador do trabalho informal. Esta questão se constitui numa motivação para uma futura pesquisa.

Com relação às ações voltadas para as finanças solidárias, deve-se reiterar as linhas de financiamento destinadas a esse setor se constitui, noutro aspecto importante para consolidação da economia solidária. O sistema bancário, atual, não dispõe de linhas de financiamentos adequadas para esse tipo de empreendimento. A natureza, as formas de organização e de gestão significam para o sistema financeiro de crédito riscos e inviabilidade dos empreendimentos ditos solidários, uma vez que os envolvidos nesses empreendimentos não dispõem de garantias, bens que possam ser disponibilizados se esses não efetuarem suas dívidas. Esse fato contribui para que não solicitem tal recurso. No caso dos envolvidos com o grupo de socioeconomia solidária da Comunidade do Dendê, um dos motivos considerados importantes, para a não solicitação de crédito, é o medo de não conseguirem pagar. A instabilidade da atividade, as dificuldades no processo de escoamento dos seus produtos não lhes dão segurança para assumirem dívidas.

Desse modo, verifica-se que para um bom desempenho dos empreendimentos da economia solidária, é necessário uma linha de financiamento estruturada por agentes de créditos populares e cooperativas comunitárias adequadas aos princípios desse setor. A

realidade do grupo de socioeconomia solidária do Dendê revela que um dos grandes entraves é a falta de capital de giro. Essa realidade não difere das demais experiências que atuam no âmbito da economia solidária.

A necessidade das Redes de Produção, Comercialização e Consumo é primordial para consolidação dos empreendimentos da economia solidária. Com um marco jurídico definido, linhas de financiamentos garantidos para expandir a produção, torna-se necessário uma política governamental que contemple as compras do setor público.

O processo de exclusão reduz as experiências de natureza solidária à esfera da economia informal, ficando, portanto, à margem do modelo atual de licitação pública, que deixam de fora trabalhadores – produtores e produtoras – dos empreendimentos solidários.

No que se refere à educação, esta ainda é muito falha. Para um bom desempenho do setor é necessário fomentar um organismo voltado ao apoio e à formação técnica na economia solidária para que possam fortalecer os seus envolvidos. Para isso, seria interessante utilizar o sistema de ensino oficial – escolas e universidades – para essa formação técnica em economia solidária¹.

Faz parte também da Plataforma da Economia Solidária uma política voltada para comunicação que potencialize através dos meios de comunicações existentes uma divulgação e sensibilização da sociedade para os valores dessa temática, utilizando linguagens apropriadas e garantindo a horizontalidade da informação. Um sistema que possibilite intercâmbio de informações entre os agentes desse setor e a sociedade para um maior engajamento e consolidação do setor.

Algumas considerações sobre a prática de economia solidária no grupo produtivo informal da Comunidade do Dendê – Fortaleza – Ceará

O grupo produtivo informal da Comunidade do Dendê mostrou que, enquanto alternativa de geração de renda, ainda se tem uma renda muito pequena para se constituir em uma alternativa econômica viável para essas pessoas. Para os envolvidos, a renda proveniente da experiência de economia solidária é apenas complementar. Essas mulheres, mães de família, não são as responsáveis diretas pelo sustento das suas casas, e também, estavam, há bastante tempo fora do mercado de trabalho formal e sem pressioná-lo. Elas consideram essa experiência coletiva como uma forma de contribuir para a manutenção dos seus lares. Através dessas atividades, elas aprendem forma de organização social e conscientização que antes não dispunham.

As pessoas dessa experiência demonstraram através de suas falas e atitudes que mudaram as suas concepções de encarar a realidade social. Nos seus discursos podemos perceber que as vivências dos ideais da economia solidária foram incorporadas quando admitem que antes não se preocupavam com as questões relacionadas à política, à economia e não, tinham, portanto noção de que praticavam a cooperação e solidariedade entre elas. Isso é percebido nos seus discursos:

Uma coisa muito importante que aconteceu comigo através da experiência em economia solidária é que antes eu não me importava com política, eu não ligava para candidato, e depois das formações eu passei a me preocupar em escolher melhor os nossos representantes. A gente fica mais esclarecidos, na parte de política, dos produtos que consumimos, de como podemos fazer para melhor a nossa vida e apesar das dificuldades a gente ainda acredita que é possível um

¹ Para maiores detalhes da política de educação em economia solidária consultar a Plataforma da Economia Solidária nos anexos deste trabalho.

outro tipo de economia, que não explora as pessoas e valoriza o trabalho da gente (entrevista nº 16).

Quando eu entrei nesse grupo eu não sabia nem o significado de economia, não entendia de consumo, não prestava atenção aos produtos que a gente utiliza em casa, não valorizava nossa cultura local. E a economia solidária eu aprendi o significado da economia, a importância de consumir produtos que preservem a natureza, hoje eu me preocupo também em re-utilizar coisas em casa que antes iam para o lixo. É muito bom participar desse grupo (entrevista nº 06).

Conforme os depoimentos acima, é notável a mudança nas atitudes das pessoas que passaram pelo processo de formação em economia solidária. Isso leva a reiterar que esse setor não é encarado apenas pelo viés econômico, mas, muito mais pela promoção pessoal que as pessoas podem desenvolver.

No caso dos envolvidos na experiência pesquisada, de acordo como os depoimentos, houve um crescimento pessoal significativo. Passaram a encarar a vida de forma mais crítica, compreendendo melhor a realidade que as cercam. Esse fato é confirmado quando se referem à feira, à loja solidária, as reuniões do grupo e a hipótese de sair da experiência.

A baixa rentabilidade econômica das atividades produtivas no grupo não foi um fator decisivo para que as pessoas desistam da experiência. Embora o lucro seja importante há outros fatores ou condições proporcionadas pelo trabalho que podem contribuir positivamente para permanência no grupo, tais como a distração, o contato com outras pessoas, a possibilidade de mostrar talento, além dos elos de solidariedade que se estabelece entre os participantes etc. O trabalho que desenvolvem não é considerado cansativo, mas, proporciona liberdade e satisfação.

Confirmando as nossas hipóteses, as observações realizadas no campo empírico nos levam a considerar que, nas atividades informais que são desenvolvidas segundo a perspectiva da economia solidária, leia-se a experiência do Dendê, há uma forma de organização social em que além de gerar uma renda contribui para o resgate e/ou construção da cidadania dos envolvidos.

A organização coletiva, especificamente na experiência do Dendê, proporciona uma forma diferente de viver e se relacionar, construindo novos paradigmas sócio-econômicos, políticos e culturais, baseados na cooperação, além de abrir novos horizontes para uma vida mais solidária. Em geral, isso não é observado nas práticas de atividades informais que são desenvolvidas isoladamente, que leva em consideração apenas o viés econômico onde as pessoas trabalham de forma individual.

É pertinente observar que além de ser uma alternativa econômica para os envolvidos, a economia solidária pode construir a cidadania dessas pessoas, quando geram efeitos de caráter emancipador. Para Santos (2002) essas experiências podem

Em primeiro lugar, ao nível individual implicam freqüentemente mudanças fundamentais nas condições de vida de seus atores, como mostram os estudos sobre a transformação da situação dos coletores e recicladores de lixo, na Índia e na Colômbia (...) em segundo lugar, ao nível societal, a difusão de experiências bem sucedidas implica a ampliação dos campos sociais em que operam valores e formas de organização não capitalistas (Santos, 2002, p26).

Consideramos que se esse setor for potencializado, ele pode se constituir como uma estratégia de inclusão social, capaz de combinar o fortalecimento de medidas

comprometidas com a redistribuição de renda e com caminhos de emancipação social, política e econômica.

De acordo com Araújo (2002) a economia solidária é o possível 'retorno' e a 'boa medida' que a globalização econômica quer fazer negar. Não tem ainda o estatuto científico da Economia, mas já começa a sair das experiências locais para os espaços de reflexão, em busca de compreender-se a si mesma, ainda que como 'troca de experiência'. E acrescenta:

A economia solidária não se trata de uma simples alternativa para reduzir a pobreza, mas de uma possibilidade histórica inscrita na contradição mesma do regime de capital. E como 'possibilidade histórica' começa a evidenciar-se em formas de trabalho que apresentam duas características básicas: a autogestão e a cooperação. Estas características é que, justamente negam a condição de mercadoria do trabalho existente sob o modo capitalista de produção (ARAÚJO, 2002).

Concordamos com a visão dessa autora e concluímos, acrescentando que, a economia solidária não se constrói pensando apenas na dimensão econômica. As potencialidades vão além, quando as formas de trabalho se diferenciam na medida em que também buscam a cidadania e a realização humana. Essas mudanças implicam transformações, lentas e graduais, que criam espaços de solidariedade dentro de ou nas margens do sistema capitalista.

Referências:

ARAÚJO, Neyára Oliveira. **A economia solidária**. Fortaleza-Ce, julho/2002 (conferência).

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CARVALHO, Maria do Socorro Normanha; ARAÚJO, Nailsa e ARAÚJO, Vilma Aparecida. **O desenvolvimento sustentável solidário na formação cutista: uma reflexão sobre suas potencialidades e desafios**. In: Escola de Formação CUT/ Nordeste. DSS e Economia Solidária: debate conceitual e relatos de experiências. Recife: edições bagaço, 2000.

CATTANI, Antônio David (org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Ed. Moraes, ?;

FILHO, Genauto C. de França. **A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional**. In: Sociedade e Estado. Revista semestral de Sociologia – UNB, volume XVI, numero 1-2, janeiro-dezembro, 2001.

FREITAS, Leandro Klineyder Gomes de. **Programa de microcrédito do fundo ver-o-sol de Belém do Pará: crédito convencional ou solidário?** Natal-RN, 2004.

LANNA, Marcos. **Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba/PR, nº 14, jun 2000.

LAVILLE, Jean-Louis, FILHO, Genauto Carvalho de França. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2004.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. 2002. disponível em: <http://www.ecosol.org.br>

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 1999;

MARSHALL, T. H. **Cidadania e classe social**. In: _____. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p.57-114;

MTE / SENAES – Ministério do Trabalho e Emprego / Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Economia solidária em desenvolvimento**. Brasília, 2003.

MTE/IPEA. **Mercado de trabalho** – conjuntura e análise. n° 24, ano 9, agosto 2004

POCHMANN, Márcio. **Economia solidária no Brasil: possibilidade e limites**. In: Mercado de trabalho – conjuntura e análise. MTE/ IPEA, n° 24, ano 9, agosto 2004.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**, as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAZETTO, Luis. **Economia de solidariedade e organização popular**. In: GADOTTI, M. e GUTIERREZ, F. Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Ed. Cortez, 1993.

_____. El Factor “C”. **Santiago/Chile: campus virtual de la economia solidária**, 1997b. Disponível em: <http://www.economiasolidaria.net>

SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2002.

SILVA, Roberto Marinho Alves. **A economia solidária e os novos paradigmas de desenvolvimento: sustentabilidade, solidariedade e territorialidade**. Brasília: SENAES/MTE, março 2004.

SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo (orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000 (Coleção economia).

SINGER, Paul. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: _____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002b.

_____. **Economia solidária**. In: CATTANI, Antônio David (org). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

_____. **Acontece especial: I encontro de empreendimentos de economia solidária – outra economia acontece**. SENAES/MTE, Brasília, agosto de 2004.

Notas:

¹ Um tipo de comunidade com o objetivo de oferecer a cada um dos seus membros uma ampla escolha entre diversos tipos de trabalho (SINGER, 2002).

² A sua carta de princípios e sua legislação inspiram até hoje o cooperativismo em todo o mundo.

³ Economia Solidária (SINGER, 1999, 2000, 2004), Economia Popular Solidária (GAIGER, 1999, 2000, CORREA, 2000, LISBOA, 2000), Socioeconomia Solidária

(ARRUDA, 1998, 2003), Economia de Solidariedade (RAZETO, 1993, 1997, 1998), Economia Social/Economia Plural (LAVILLE, 2001, 2002, 2004), Economia de Proximidade (LAVILLE, 2001, 2002), Economia de Comunhão (LUBICH, 2002), Humanoeconomia (LOEBL, 1978), Colaboração Solidária (MANCE, 2002) entre outros termos.

⁴ De acordo com Buarque (2002), esse movimento teve início na Conferência das Nações sobre Meio-Ambiente em Estocolmo (1972) e no Simpósio de Cocoyok (1974) – onde se identificaram as relações intrínsecas entre o meio-ambiente e desenvolvimento, entre outras questões; a formulação de estratégias para a promoção de um desenvolvimento sócio-econômico eqüitativo, ou eco-desenvolvimento. Esse processo converge em para realização da ECO 92 no Rio de Janeiro, Brasil, que define a Agenda 21 como postulado para o desenvolvimento sustentável.

⁵ Entendemos aqui cidadania não apenas a noção dos direitos políticos (votar e ser votado). A discussão da cidadania na sociedade capitalista diz respeito às formas de compreender a questão da igualdade e da desigualdade nesta sociedade e a luta de grupos e classes por participação no poder político e na riqueza social.

Marshall distingue no conceito de cidadania três elementos, os quais configuram os chamados direitos civis, políticos e sociais. Os direitos civis dizem respeito à liberdade individual e a igualdade perante a lei; os direitos políticos referem-se à participação no exercício do poder político e os direitos sociais referem-se ao “direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança, ao direito de participar por completo da herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (MARSHALL, 1967, p. 63-64).